



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS - CCHE
CAMPUS VI – POETA PINTO DO MONTEIRO**

**ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DOS GASTOS COM RECURSOS
PÚBLICOS DIRECIONADOS À EDUCAÇÃO MUNICIPAL: UM
ESTUDO NOS MUNICÍPIOS DO CARIRI OCIDENTAL DA PARAÍBA
NO PERÍODO DE 2007 A 2009**

JOSÉ FAGNER BARBOSA ALVES

**MONTEIRO/PARAÍBA
SETEMBRO-2013**

JOSÉ FAGNER BARBOSA ALVES

**ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DOS GASTOS COM RECURSOS
PÚBLICOS DIRECIONADOS À EDUCAÇÃO MUNICIPAL: UM
ESTUDO NOS MUNICÍPIOS DO CARIRI OCIDENTAL DA PARAÍBA
NO PERÍODO DE 2007 A 2009**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Ms. Wladimir Rocha Cavalcanti

**MONTEIRO/PARAÍBA
SETEMBRO-2013**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL – CAMPUS VI

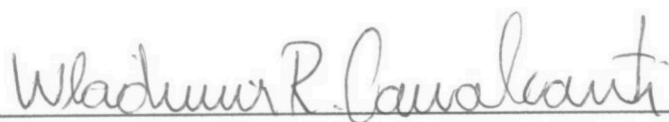
A474a	<p>Alves, José Fagner Barbosa.</p> <p>Análise da Eficiência dos Gastos com Recursos Públicos Direcionados à Educação Municipal: Um Estudo nos Municípios do Cariri Ocidental da Paraíba no Período de 2007 a 2009 [manuscrito] / por José Fagner Barbosa Alves. – 2013. 60 f. : il. color.</p> <p>Digitado. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2013.</p> <p>“Orientação: Prof. Me. Wladimir Rocha Cavalcanti, Departamento de Ciências Contábeis”.</p> <p>1. Recursos públicos 2. Educação 3. Eficiência I. Título. 21.ed. CDD 657</p>
-------	---

JOSÉ FAGNER BARBOSA ALVES

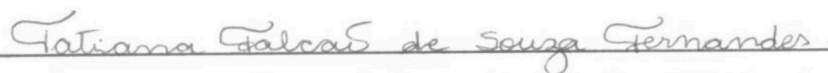
**ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DOS GASTOS COM RECURSOS
PÚBLICOS DIRECIONADOS À EDUCAÇÃO MUNICIPAL: UM
ESTUDO NOS MUNICÍPIOS DO CARIRI OCIDENTAL DA PARAÍBA
NO PERÍODO DE 2007 A 2009**

Aprovado em 03 de setembro de 2013.

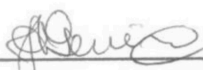
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Me. Wladimir Rocha Cavalcanti - Orientador



Profª Me. Tatiana Falcão de Souza Fernandes - Examinadora



Profª Me. Josicleide de Amorim Pereira Moreira - Examinadora

A todos os meus familiares, principalmente a minha mãe que sempre esteve disposta a ver todos os seus filhos progredirem na vida. Aos meus amigos, professores e colegas de curso por todas as palavras de incentivo que me fizeram vencer obstáculos durante a vida acadêmica. A todos meus sinceros agradecimentos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço Deus, por estar presente em todos os momentos de minha vida, me guiando e protegendo.

A minha família que direta ou indiretamente contribuiu para meu crescimento pessoal e profissional.

A meu orientador Prof. Ms. Wladimir Rocha Cavalcanti, por todo apoio, confiança e colaboração.

Agradeço também a todos os meus professores, desde o jardim de infância até os que contribuíram para minha formação profissional. Devo tudo que sou a vocês.

A meus amigos de trabalho e principalmente meus colegas de turma, que sempre acreditaram no meu potencial.

A todos meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a eficiência dos recursos públicos direcionados à educação nos municípios do Cariri Ocidental da Paraíba durante o período de 2007 a 2009. Para isso realizou-se pesquisa descritiva, conduzida por meio de análise documental e abordagem quantitativa e qualitativa dos dados, com consulta ao banco de dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O universo da pesquisa corresponde aos 17 municípios que compõem o Cariri Ocidental da Paraíba. Para a análise da eficiência, foi utilizado o aplicativo *Data Envelopment Analysis Online Software* (DEAOS) com base no modelo criado por Charnes, Cooper e Rhodes (1978). Os resultados apontam que 41,17% das cidades do Cariri Ocidental da Paraíba foram eficientes em seus gastos com educação quando comparadas com as demais cidades analisadas. Do ponto de vista da eficiência dos gastos com educação viu-se que dentre os 7 melhores municípios, Monteiro ocupa a primeira posição, com 3.358 matrículas e 156 docentes. Observou-se que dentre os municípios mais eficientes estão três dos maiores municípios da região analisada. Verificou-se também que os 4 municípios menos eficientes foram responsáveis por um excesso de despesas de R\$ 4.297.319,48 durante os exercícios analisados. Concluiu-se que no que concerne aos recursos públicos direcionados à educação, os maiores municípios do Cariri Ocidental da Paraíba tendem a possuir uma gestão mais eficiente.

Palavras-chave: Recursos Públicos. Educação. Eficiência.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar la eficiencia de los recursos públicos destinados a la educación en los municipios del Cariri Occidental de la Paraíba durante el período 2007-2009. Para esto se realizó un estudio descriptivo, realizado a través del análisis de documentos, con un enfoque cuantitativo y cualitativos de los datos, con consulta a las bases de datos del “Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação” (SIOPE) y el “Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística” (IBGE). El universo de la investigación corresponde a los 17 municipios que componen el Cariri Occidental de la Paraíba. Para el análisis de la eficiencia, se utilizó la aplicación “Data Envelopment Analysis Online Software” (DEAOS) basado en el modelo creado por Charnes, Cooper y Rhodes (1978). Los resultados muestran que 41,17% de las ciudades del Cariri Occidental de la Paraíba eran eficientes en sus gastos en educación en comparación con otras ciudades analizadas. Desde el punto de vista de la eficiencia del gasto en educación se vio que entre las 7 mejores ciudades, Monteiro ocupa el primer lugar con 3.358 matrículas y 156 profesores. Se observó que entre los municipios más eficientes están tres de las mayores ciudades de la región analizada. También se verificó que los 4 municipios menos eficientes fueron responsables de un exceso de gastos de R\$ 4.297.319,48 durante los ejercicios analizados. Se concluyó que, con respecto a los recursos públicos destinados a la educación, los mayores municipios del Cariri Occidental de la Paraíba tienden a tener una gestión más eficiente.

Palabras clave: Recursos públicos. Educación. Eficiencia.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Receitas destinadas a educação municipal	33
Gráfico 2 <i>Inputs</i> do Modelo.....	34
Gráfico 3 <i>Outputs</i> do Modelo - Matrículas	35
Gráfico 4 <i>Outputs</i> do Modelo - Docentes.....	36
Gráfico 5 Descrição do Resultado Geral de eficientes	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Cidades do Cariri Ocidental da Paraíba com 100% de eficiência em Educação.....	38
Tabela 2 Cidades do Cariri Ocidental da Paraíba com eficiência abaixo de 70% em Educação e seus Excessos.....	39

LISTA DE SIGLAS

BCC	Banker, Charnes e Cooper
CCR	Charnes, Cooper e Rhodes
DEA	Análise de Envoltória de Dados
DEAOS	<i>Data Envelopment Analysis Online Software</i>
DMU	Unidades que Tomam Decisões
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LBD	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
RREO	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
SIOPE	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema	14
1.2 Objetivo Geral e específicos	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos específicos	14
1.3 Justificativa	15
1.4 Estrutura do trabalho.....	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Administração Pública	17
2.2 Administração Municipal.....	20
2.3 Eficiência na Administração Pública	21
2.4 Educação	23
2.4.1 Educação como agente de desenvolvimento econômico	23
2.4.2 Fonte de financiamento dos gastos com educação pública.....	24
2.4.2.1 Receita de Impostos	26
2.4.2.2 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	26
2.5 Análise de Envoltória de Dados (DEA).....	27
3 METODOLOGIA.....	29
3.1 Formas de classificar as pesquisas	29
3.1.1 Quanto à natureza	29
3.1.2 Quanto à forma de abordagem do problema.....	30
3.1.3 Quanto aos objetivos.....	30
3.1.4 Quanto aos procedimentos técnicos.....	30
3.2 Coleta dos dados	31
3.3 Método de Análise de Dados	31
3.5 Descrição da população	32
4 ANÁLISE DOS DADOS	33
4.1 Limitação da pesquisa.....	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS	43
ANEXOS	47

ANEXO A – Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal – Monteiro/PB – Anos 2007, 2008 e 2009.....	48
--	----

1 INTRODUÇÃO

A globalização trouxe nesses últimos anos a intensificação da concorrência para os estados, nações e metrópoles da mesma ou de diferentes nações. Decorrente disso, também cresceu a consciência social, vez que a informação passou a ser mais acessível à população em todos os segmentos, e com isso também contribuindo para o crescimento da política de qualidade dos gastos com educação. Essa preocupação levou a novas comissões de trabalho para definir fatores de melhorias nas escolas (PORTELA, CAMANHO, BORGES, 2011, *apud* MACÊDO *et al.* 2012).

No Brasil, principalmente a partir da Constituição de 1988, vem ocorrendo uma descentralização político-administrativa do Governo Federal para os estados e municípios (BLOCH; BALASSIANO, 2000). Essa descentralização da administração pública tem dado uma grande parcela de atribuições aos municípios, já que estes ficaram com a maior parte da responsabilidade pela operacionalização, implantação e gerenciamento das mais importantes políticas públicas (FILHO, 2011).

Nestes tempos de informações cada vez mais acessíveis à população, cabe ao gestor dos recursos públicos uma parcela maior da responsabilidade na condução da máquina pública, pois ele age em nome de terceiros, quais sejam, a população que o elegeu, direta ou indiretamente (PEREIRA, 2010). Um dos pontos cruciais a que os administradores públicos devem reservar atenção é com relação ao nível de eficiência no uso dos recursos direcionados à educação, haja vista a importância deste tema em escala mundial.

Em razão de tal fato, é necessário obter eficiência e maior impacto dos gastos públicos, o que enseja um aprimoramento nos instrumentos e técnicas para a tomada de decisão (JUNIOR; IRFFI; NEGEGAS, 2011). Nesse sentido, conforme Hoxby (1999, *apud* MACÊDO *et al.* 2012), as organizações públicas devem operar no sentido de almejar resultados eficientes, já que a população atualmente busca mais e melhores serviços.

Diante dos aspectos elencados a respeito da relevância do tema gasto público eficiente na atualidade, este trabalho tem por objetivo principal analisar a eficiência dos recursos públicos direcionados à educação dos municípios que compõem o Cariri Ocidental da Paraíba no período de 2007 a 2009, de forma a evidenciar quais os municípios que são eficientes em seus gastos educacionais, bem como elencar aqueles cuja eficiência não atingiu o patamar mais elevado.

Para tanto, este trabalho utilizou-se da Análise de Envoltória de Dados (DEA), que conforme Zuh (2000, *apud* MACÊDO *et al.* 2012) consiste em uma das ferramentas mais adequadas em medida de eficiência. No tocante a metodologia este estudo é caracterizando como descritivo, através de uma pesquisa quantitativa, qualitativa e bibliográfica.

1.1 Problema

Qual a eficiência dos gastos com os recursos públicos direcionados à educação nos municípios do Cariri Ocidental Paraibano?

1.2 Objetivo Geral e específicos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a eficiência dos gastos com os recursos públicos direcionados à educação nos municípios do Cariri Ocidental Paraibano no período de 2007 a 2009.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Verificar a aplicabilidade da DEA como ferramenta de apreciação da eficiência dos entes governamentais no que se refere aos recursos públicos, mais especificamente aos destinados à educação;
- b) Demonstrar o montante de recursos para a educação básica recebidos pelos municípios do Cariri Ocidental da Paraíba durante o período analisado;
- c) Observar por meio da DEA quais os municípios do Cariri Ocidental da Paraíba que apresentam melhor eficiência na gestão de seus gastos com educação;
- d) Identificar as cidades do Cariri Ocidental da Paraíba que apresentam índices mais significativos de ineficiência na aplicação dos recursos públicos destinados à educação de acordo com o resultado da DEA, com o intuito de descrever seus excessos, bem como as melhorias a serem realizadas para o atingimento da eficiência.

1.3 Justificativa

Um dos maiores desafios atuais enfrentados pelos gestores públicos diz respeito a maneira de como estes administram os recursos públicos, na maioria das vezes escassos, de forma a manter ou elevar o nível de qualidade dos serviços oferecidos para população. O poder público atua em seguimentos que são essenciais como: educação, saúde, habitação, segurança pública, dentre outros, e justamente pelo alto grau de importância destas áreas é que o poder público deve sempre traçar políticas que visem à maximização de resultados e ao mesmo tempo buscar maneiras de utilizar os recursos de forma eficiente.

Dentro deste contexto, a realização deste trabalho justifica-se pela importância dada ao tema gasto público na literatura, mais especificamente aos gastos com recursos destinados a educação básica, uma vez que, como menciona Zoghbi *et al.* (2009, *apud* MACÊDO; FILHO; JUNIOR, 2012) a educação é considerada um dos propulsores do crescimento da economia.

O trabalho também busca dar sua colaboração para que se tenha uma visão dos recursos públicos alocados em educação por todos os municípios do Cariri Ocidental da Paraíba no período que compreende os exercícios de 2007 a 2009, dessa forma, presta sua contribuição social ao chamar a atenção dos cidadãos para a maneira de como os gestores destes municípios estão gerindo tais recursos, haja vista ser uma das áreas mais carentes dentro do Estado da Paraíba. Para os administradores públicos, a contribuição dada pelo presente estudo está no fato de que eles podem visualizar a posição de seu município em relação aos outros no *ranking* de eficiência, além de evidenciar qual a melhor maneira que este pode melhorar a eficiência do ente.

Para a comunidade científica e profissional local a importância deste trabalho encontra-se na relevância do tema gasto público para a área contábil, uma vez que contribui de forma a esclarecer alguns aspectos pertinentes ao trabalho de administradores públicos no comando da máquina pública e possibilitando abertura para novos questionamentos acerca do tema, a fim de um maior aprofundamento em pesquisas futuras. Outro ponto importante desta pesquisa diz respeito a sua atualidade, já que ao longo da história o tema vem sendo renovado constantemente, ensejando assim, espaço para serem elaboradas novas pesquisas. Desta forma a pesquisa tem suas contribuições para a sociedade local e comunidade científica.

1.4 Estrutura do trabalho

A estrutura do trabalho está organizada em cinco capítulos descritos a seguir: no primeiro capítulo consta a introdução em que são expostos: o problema, os objetivos e a justificativa da pesquisa; o segundo capítulo apresenta o referencial teórico, no qual consta considerações com relação ao tema administração pública, administração municipal, eficiência na administração pública e algumas particularidades relativas à educação; o terceiro capítulo indica a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa; o quarto capítulo dispõe da análise dos dados; o quinto capítulo expõe as considerações finais e em seguida citam-se as referências e apresenta-se os anexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Administração Pública

Lastres (1999, *apud* GUIMARÃES, 2000) afirma que o início da era do conhecimento e da informação se deu a partir da segunda metade do século XX e foi caracterizada por diversas transformações tecnológicas, sociais e econômicas, que acabaram impondo as organizações públicas e privadas novos padrões de gestão. Tais mudanças fazem parte de um processo de reestruturação produtiva apoiado no desenvolvimento científico, tecnológico e na globalização de mercados. Nesse contexto, na visão de Guimarães (2000), parece haver um consenso entre estudiosos da teoria organizacional de que o sucesso de uma organização é, cada vez mais, influenciado pela sua capacidade de implementar formas flexíveis de gestão que possam fazer face às mudanças do mundo contemporâneo.

No tocante ao conceito de organizações, Scott (1992, *apud* CARNEIRO, 2010) assegura que a maioria dos analistas as definem como estruturas sociais criadas por indivíduos para apoiar a busca colaborada dos objetivos específicos. Neste sentido, as instituições públicas também são organizações, porém diferentemente de organizações privadas, elas não almejam o lucro, e sim buscam atender aos interesses da coletividade. Entretanto, utilizam recursos administrativos assim como as empresas privadas e são administradas por administradores públicos, alguns de carreira e outros temporários (CARNEIRO, 2010).

Com relação ao conceito de administração pública, faz-se necessário também discorrer acerca do conceito de administração. Conforme Granjeiro (2006, *apud* PALUDO, 2010), a ideia central de administração é a ação corretamente calculada para realizar determinados objetivos desejados. A administração então é a ação humana cooperativa com alto grau de racionalidade.

Paludo (2010, p. 21) discorre sobre o conceito de administração no contexto do setor público:

A administração compreende todo o aparato existente (estrutura e recursos; órgãos e agentes; serviços e atividades) à disposição dos governos para a realização de seus objetivos políticos e do objetivo maior e primordial do Estado: a promoção do bem comum da coletividade.

Sendo assim, a administração vem trazer mecanismos para que as organizações consigam desenvolver suas atividades de maneira eficiente a fim de alcançar resultados satisfatórios.

Partindo então para a conceituação de administração pública, temos a visão de Carneiro (2010), na qual afirma que a administração pública pode ser conceituada, de forma simplificada, como sendo o *governo em ação*. Complementa ainda dizendo que a administração pública difere da administração de empresas privadas pela existência de leis que regulem e permitem que ela aja.

De forma mais ampla, Paludo (2010, p. 21) também traz sua definição de Administração Pública:

A Administração Pública, em sentido amplo, compreende: o Governo (que toma as decisões políticas), a estrutura administrativa e a administração (que executa essas decisões). Em sentido estrito, compreende apenas as funções administrativas de execução das atividades.

Depois de conceituada a Administração Pública, também vale salientar algumas diferenças entre esta e a administração privada, além das já mencionadas neste trabalho. Na visão de Carneiro (2010), existem diferenças marcantes entre estes dois tipos de administração. Este autor pontua que, no setor privado, a competição decorrente das transformações mencionadas anteriormente, trouxeram como consequência a necessidade de que as empresas gerem inovações tecnológicas, na forma de produtos e processos novos ou melhorados, numa velocidade cada vez maior, como forma de garantir a sobrevivência nesse ambiente de concorrência. Já no setor público, o maior desafio é como transformar estruturas burocráticas, hierarquizadas em organizações flexíveis e empreendedoras.

Desta forma, inovação na administração pública significa a busca da eficiência e da qualidade na prestação de serviços públicos. Sendo que para isso, são necessários o rompimento com os modelos tradicionais de administrar os recursos públicos e a introdução de uma nova cultura de gestão.

Diante do exposto, pode-se afirmar que tanto empresas privadas quanto públicas devem adotar novas formas de administrar diante das inovações impostas pela evolução histórica, com vistas a produzir bens e serviços que atendam aos novos padrões mundiais de qualidade.

Outro aspecto de grande relevância diz respeito aos usuários dos serviços públicos, Paludo (2010) menciona que os efeitos da globalização, das tecnologias e da competitividade que alcançaram as entidades públicas, resultaram no surgimento de cidadãos e usuários conscientes de sua cidadania e conhecedores de informações dos mais variados bens e serviços produzidos mundialmente, e que utilizam tais informações para compará-las com os bens e serviços oferecidos pelos entes brasileiros.

Dessa forma, administradores públicos vem sendo pressionados pela sociedade, uma vez que, esta tem a sua disposição informações que são utilizadas para comparar e avaliar o desempenho alcançado por eles no comando da entidade pública. Paludo (2010, p. 48) afirma que “os cidadãos querem ter informação; querem saber o porquê; porque os serviços públicos não podem ser mais simples, melhores e menos custosos.” Essas são perguntas certamente feitas com frequência pelos cidadãos, e os administradores devem ter respostas coerentes.

Depois de exposto algumas considerações acerca da evolução, conceito e particularidades da administração pública, outra questão essencial a ser abordada neste estudo é com relação à estrutura político-administrativa e constitucional da administração pública brasileira.

A República Federativa do Brasil constitui-se em um Estado Democrático de Direito. A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal são entidades estatais, que, conforme reza a Constituição Federal de 1988 em seu art. 18, são autônomas entre si.

Paludo (2010, p. 4) discorre acerca da autonomia descrita da CF/1988:

A autonomia, que a CF/1988 garante, se resume a três tipos essenciais: auto-organização – organizam-se mediante constituição e leis próprias; autogoverno – capacidade de elegerem seus governantes e demais representantes políticos; autoadministração – organização para a prestação de serviços de sua competência, compreendendo as atividades administrativas, tributárias e legislativas necessárias.

O autor comenta também da existência de exceções quanto a autonomia, já que a Constituição dos Estados não podem contrariar a Constituição Federal e nem as leis cuja competência de legislar cabe a União, do mesmo modo que a Lei Orgânica Municipal deve obedecer tanto a Constituição Federal quanto à estadual, assim como não pode tratar de matérias cujas competências seja exclusivas da União e dos Estados.

No que concerne à organização, a administração pública brasileira divide-se em direta e indireta. A direta é composta por serviços integrados a Presidência da República e

ministérios, governos estaduais, prefeituras, câmaras legislativas em geral e ao Judiciário federal e estadual. A indireta é composta por entidades de personalidade jurídica própria criadas ou autorizadas por lei: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

A estrutura constitucional da administração pública no Brasil arquitetada pela Constituição Federal está fundamentada em dois pilares principais, que são a descentralização e o controle social (FILHO, 2011). Para Souza (2008) a União é descentralizada territorialmente em Estados e estes também descentralizados em municípios, originando-se assim as três esferas administrativas: o governo federal, governo estadual e o governo municipal, juntamente com seus respectivos administradores: presidente, governador e prefeito.

No entendimento de Filho (2011) a descentralização da administração pública tem dado uma grande parcela de atribuições aos municípios, já que estes ficaram com a maior parte da responsabilidade pela operacionalização, implantação e gerenciamento das mais importantes políticas públicas. Isso significa que, a vida política, constitucional e o pleno exercício da cidadania acontecem nos municípios, local onde as políticas públicas são aplicadas na realidade, em contraponto aos entes mais virtuais que são os Estados e a Federação.

Dada à importância do papel dos municípios brasileiros dentro da dinâmica da administração pública, no próximo item serão abordados aspectos relativos à administração municipal.

2.2 Administração Municipal

O Brasil é uma República federativa, ou seja, uma organização administrativa formada por Estados e municípios através de uma união indissolúvel (MEIRELLES, 1990, *apud* SOUZA, 2008), porém tanto os Estados como os municípios tem sua autonomia político-administrativa assegurada.

O município é governado pelo prefeito que responde pelo Poder Executivo e pelos vereadores que respondem pelo Poder Legislativo (SERESUELA, 2002). O prefeito juntamente com os vereadores de um município tem como principais atribuições traçar programas de ação e executá-los de acordo com o orçamento disponível. Dessa forma,

administrar o município consiste em atender as necessidades coletivas e promover a educação, saúde, segurança, cultura e o bem-estar da população que nele reside.

Para governar os municípios, Souza (2008) recomenda que seus administradores devam traçar metas através de políticas públicas. As políticas públicas podem ser conceituadas como conjuntos de ações relacionadas que visam atender as necessidades sociais e enfrentar os problemas do município e somente podem ser executadas quando se apoiam em quatro princípios básicos conforme menciona Souza (2008, p.30), a saber:

- a) análise da situação com definição dos problemas que comporão a agenda governamental;
- b) análise e seleção da melhor opção de política pública ou programa social;
- c) gestão da opção adotada como política pública ou política social;
- d) monitoramento e avaliação da política pública ou programa social adotado.

Pode-se perceber que as políticas públicas estão voltadas principalmente para o atendimento das necessidades da comunidade. Souza (2008) comenta também que além dos pontos elencados, em que a administração pública deve avaliar suas prioridades, a disponibilidade orçamentária também deve ser respeitada e observada. Quanto maior o problema social e o contingente social a ser atendido, maior propriedade deve ser oferecida no sentido de disponibilizar verbas para a sua execução.

Diante das considerações expostas acerca do papel da administração municipal quanto sua responsabilidade na aplicação das políticas públicas, este trabalho vai tratar particularmente da questão dos gastos com educação, haja vista a importância deste tema dentro da administração pública corroborada pela Constituição Federal de 1988.

2.3 Eficiência na Administração Pública

Eficiência é conceituada de forma geral como sendo o resultado da relação existente entre o emprego de recursos de forma a obter a melhor relação custo-benefício entre os objetivos estabelecidos e os recursos utilizados (GOMES, 2009). Nesse sentido, a eficiência é evidenciada através da satisfação positiva dos resultados alcançados mediante o emprego de forma racional dos recursos disponíveis.

Conforme Motta (1990, *apud* GOMES, 2009, p. 19) o conceito de eficiência sempre aparece complementado pelos conceitos de eficácia e efetividade:

[...] eficiência refere-se ao cumprimento de normas e à redução de custos. Sua utilidade é verificada se um programa público foi executado de maneira mais competente e segundo a melhor relação custo-benefício. Eficácia refere-se ao alcance de resultados e à qualidade com produtos e serviços e sua utilidade é verificar se os resultados previstos foram alcançados em termos de quantidade e qualidade. A efetividade, por sua vez, refere-se ao efeito da decisão política e sua utilidade é verificar se o programa responde adequadamente às demandas, aos apoios e às necessidades da comunidade.

É possível perceber que estas definições apontadas estão inseridas no contexto da administração pública e que quando se trata de avaliar a eficiência deve-se observar como um determinado processo aconteceu. Já quanto à eficácia tem-se que observar se os objetivos foram alcançados ou não, e por fim, a efetividade vem demonstrar quais os impactos das decisões tomadas pelos gestores sobre a população.

Outro aspecto importante do conceito de eficiência vem através de Caiden e Caiden (2001, *apud* GOMES, 2009), que a definem como sendo a relação entre os insumos e os resultados. Nesse sentido a eficiência é derivada da mínima utilização de insumos para a obtenção de um máximo resultado. Partindo para a Administração Pública, isso significa que será eficiente o gestor que em suas atividades conseguir utilizar os recursos de forma mais econômica possível a fim de gerar serviços que satisfaçam as necessidades da população.

Cabe destacar também a importância dada ao tema eficiência, visto que através da Emenda Complementar nº 19 de 04 de junho de 1998, que acrescentou ao caput do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, a eficiência como princípio constitucional da Administração Pública, junto com a legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. Portanto a eficiência está respaldada constitucionalmente e deve ser tratada como prioridade pelos administradores públicos.

De acordo com Filho (2009), é oportuno também destacar que a eficiência da Administração Pública está relacionada com o tema economicidade (artigo 70 da Constituição Federal), já que este estabelece operacionalizar com o mínimo de recursos possível, administrar corretamente os bens, com boa distribuição de tempo, economia de trabalho e dinheiro. Dessa forma pode-se dizer a economicidade é refletida no grau de eficiência do gestor, sendo um forte instrumento de avaliação do desempenho deste.

A Administração Pública será ineficiente, conforme dispõem Baracho (2000, *apud* FILHO, 2008), quando o resultado do trabalho não tem finalidade; quando se produzem excedentes ou déficits de produtos ou serviços; quando, mesmo com o aumento de recursos,

não se obtêm melhorias esperadas; quando, mantendo determinados recursos em termos relativos, diminui a qualidade dos serviços prestados ou dos produtos obtidos.

Portanto, a administração pública deve no decorrer de suas atividades buscar mecanismos que almejem a melhoria de sua eficiência, já que com as mudanças globais a população passou a exigir mais e melhores serviços públicos e é, obrigação dos gestores trabalhar a fim de suprir tais necessidades e ainda operacionalizar com a maior economicidade possível.

2.4 Educação

2.4.1 Educação como agente de desenvolvimento econômico

A educação configura-se como sendo a principal ferramenta para o desenvolvimento de uma nação independentemente da sua nacionalidade, idade, raça e cultura (ALAN; HOQUE; OKE, 2010, *apud* MACÊDO *et al.*, 2012), uma vez que, no entendimento de Self e Grabowski (2003, *apud* MACÊDO *et al.* 2012) a educação influencia potencialmente o crescimento. Partindo para educação no contexto do setor público, Filho (2008, p.6) diz que: “O envolvimento do Estado na educação certamente tem outras importantes justificativas como, por exemplo, a necessidade de investimento no “capital humano”, a educação gratuita no contexto da distribuição de renda etc”.

Em outras palavras, a opinião dos autores enfatiza a essencialidade da educação em uma sociedade, tanto no aspecto social, quanto no econômico, haja vista sua contribuição para formação de cidadãos conscientes e produtivos, e como educação é algo tão relevante, o Estado certamente deve se envolver de maneira a propiciar investimentos eficientes na área.

A consciência política e social para a qualidade da avaliação da educação e da escola tem aumentado em todo o mundo (PORTELA; CAMANHO; BORGES, 2011, *apud* MACÊDO *et al.*, 2012). Estudos vêm sendo realizados no sentido de mostrar como os governos estão respondendo ao desafio da globalização, reconfigurando sua cidadania e o currículo da educação em um quadro composto por vários níveis – pessoal, social, local, nacional e mundial (LAW, 2007, *apud* MACÊDO *et al.*, 2012).

De acordo com Card e Krueger (1996 *apud* MACÊDO *et al.* 2012), resultados empíricos sugerem que para um aumento de 10% (dez por cento) de gastos com escolaridade

do aluno está associado a um aumento aproximado de 1,5% (um e meio por cento) no salário para cada ano de vida profissional do estudante. Dados da mesma pesquisa também mostram que cada ano adicional de educação eleva os salários dos trabalhadores em 9,5% (nove e meio por cento), isso nos Estados Unidos.

Isso demonstra que os investimentos eficientes em educação certamente irão influenciar de forma positiva a economia, isso causado pelo “efeito dominó” que a educação produz em uma sociedade.

Pessoas educadas, como também aquelas de forma indireta aprendem com elas, são beneficiadas com maiores salários, logo se pode inferir que isso se traduz em um ganho de produtividade. Além disso, o diferencial de salários reflete o maior valor do capital humano que, sendo um fator de entrada na função de produção nacional, contribui para o aumento da mesma (MICHAELOWA, 200, apud MACÊDO *et al.* 2012).

Diante do exposto, pode-se perceber que, à medida que uma sociedade se desenvolve em termos de conhecimento, uma maior competência científica e técnica passam a ser exigida. Outro ponto a ser salientado é com relação à expansão do ensino superior, bem como a educação técnica, posto, ser esta necessária para o desempenho de tarefas especializadas próprias da atividade industrial, assim como das atividades mais complexas no setor da indústria e de serviços (SCARPIN, 2006).

2.4.2 Fonte de financiamento dos gastos com educação pública

O financiamento da educação básica pública varia muito em todo o mundo. Na França, a educação é altamente centralizada no nível do governo nacional, enquanto, no Canadá, o governo nacional ao menos tem um Ministério da educação e, nos Estados Unidos, a educação é responsabilidade local em nível de escalas em cada distrito (DINIZ; CORRAR, 2011).

Após os anos 90, muitos destes países, juntamente com países da América Latina e Leste Europeu, começaram a descentralizar a educação, uma vez que, este processo tem por objetivo transferir recursos e poder de decisão para mais próximo dos usuários do serviço público, transferindo assim competências para os níveis de governo subnacionais. Uma crítica a esse tipo de governança, é que ela pode ser enganosa, já que o governo central mandatário das políticas educacionais, como no caso do Brasil, exige que o governo local faça a alocação de determinadas porcentagens de recursos previamente definidas.

Um exemplo é a imposição de piso de gastos para professores do magistério no Brasil, reduzindo assim, o grau de poder do governo local, que tem de gerir seus recursos no atendimento de regras que nem sempre são eficazes no desempenho da educação conforme afirmam Diniz e Corrar (2011). Outro problema apontado quanto a descentralização é que os governos subnacionais podem não dispor de capacidade técnica (ANDRADE, 2009), podendo interferir de maneira negativa no desenvolvimento da educação.

Quanto ao financiamento da educação no Brasil, partindo do que reza a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6, de que a educação é um direito social, o poder público tem a maior parcela de responsabilidade. No tocante a competência dos municípios brasileiros com educação, a Constituição Federal em seu artigo 30, inciso VI, diz que é de responsabilidade destes manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental.

A Constituição é bem clara, os municípios devem investir recursos a fim de proporcionar a manutenção da educação básica, ou seja, a educação infantil e o ensino fundamental, em cooperação com a União e os Estados.

Os recursos que devem ser aplicados em educação pelos municípios, bem como suas fontes, estão descritos também na Constituição Federal, no caput do artigo 212. Diz o texto constitucional que a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Sendo assim, os municípios devem obrigatoriamente aplicar o mínimo de vinte e cinco por cento ao ano de receitas oriundas de impostos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

Os investimentos em MDE devem ser realizados para todos os níveis da educação básica, na forma prevista no artigo 70 da Lei nº. 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), observado os seguintes critérios: Estados, devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e médio; Distrito Federal deve atuar no âmbito da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio; Municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

Nesse sentido os recursos oriundos dos impostos são enviados para os municípios brasileiros a título de Receitas de Impostos e receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e devem ser aplicados em Educação Infantil e Ensino Fundamental.

2.4.2.1 Receita de Impostos

Como exposto anteriormente, os municípios atuam prioritariamente na educação infantil e ensino fundamental. Dentro deste contexto, a receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, que devem ser aplicadas em MDE são compostas pelo percentual de vinte e cinco por cento das receitas de impostos diretamente arrecadados, que compreendem o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF); receitas de impostos transferidos, que englobam o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI – Exportação), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e ICMS; e por fim, as receitas de dívida ativa de impostos (TCE-PB, 2009).

2.4.2.2 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB

O FUNDEB se configura como um fundo de natureza contábil, constituído de recursos de impostos provenientes das três esferas de governo e tem prazo de vigência definido de quatorze anos (2007 a 2020) e destinado ao financiamento da educação básica pública, independentemente da modalidade em que o ensino é oferecido, do turno de atendimento e da localização da escola, observando-se os respectivos âmbitos de atuação prioritária dos Estados e Municípios (TCE-PB, 2009).

Os recursos do FUNDEB devem ser aplicados pelos municípios na educação infantil e no ensino fundamental, devendo estes aplicar no mínimo 60% na remuneração dos profissionais do magistério e o restante dos recursos em outras despesas de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica Pública (SOUSA; BUENO, 2009).

As despesas consideradas nas aplicações do município em MDE e FUNDEB constam no artigo 70 da LDB (TCE-PB, 2009).

2.5 Análise de Envoltória de Dados (DEA)

A Análise de Envoltória de Dados (do inglês *Data Envelopment Analysis*) – DEA é uma ferramenta matemática usada para a medida de eficiência de unidades produtivas e foi descrita de forma geral por Charnes, Cooper e Rhodes (1978) – em seu início foi utilizada em um ambiente de produção para mensurar quais os objetos analisados tinham maior nível de eficiência (MACÊDO *et al.* 2012).

No que concerne a produção, Zhu (2000, *apud* MACÊDO *et al.* 2012) define como o processo em que os *inputs* (insumos ou recursos) são utilizados para a geração de *outputs* (produtos ou serviços). Sendo que, a fronteira de produção pode ser definida a partir da máxima quantidade de *outputs* que podem ser obtidos, dados os *inputs* utilizados.

Conforme Meza *et al.* (2003) o objetivo de DEA consiste em comparar um certo número de Unidades que Tomam Decisões (DMUs) que realizam tarefas similares e se diferenciam nas quantidades de *inputs* que consomem e de *outputs* que produzem.

Mello *et al.* (2005, p. 2521) também comentam sobre a importância da análise no contexto de empresas que atuam no mesmo segmento.

Se tivermos várias empresas que desenvolvam atividades semelhantes podemos comparar as suas produtividades e investigar porque razão umas são mais produtivas que outras. De forma genérica, uma empresa é mais produtiva que outra porque tomou decisões que lhe permitem aproveitar melhor os recursos. Essas decisões podem ser o uso de uma tecnologia mais avançada, a contratação de mão-de-obra mais qualificada, melhores técnicas gerenciais, ou outras. Portanto, do ponto de vista desse tipo de análise, as unidades produtoras tomaram decisões e, por isso serão, doravante, denominadas por “Unidades que Tomam Decisões”. É usual usar uma sigla vinda da tradução para inglês. Uma unidade que toma decisões em inglês é Decision Making Unit, o que dá a sigla DMU.

Diante desta afirmação, neste estudo, as DMUs são representadas pelas prefeituras municipais do Cariri Ocidental da Paraíba, uma vez que, é de responsabilidade dos gestores as decisões que impactam na utilização dos recursos destinados a manutenção das atividades, no caso deste trabalho, dos recursos em educação.

Zhu (2000, *apud* MACÊDO *et al.* 2012) comenta ainda que o modelo DEA é uma das ferramentas mais adequadas na análise da eficiência em comparação aos métodos convencionais de análise. Para este autor, os resultados que são obtidos através do método DEA são mais precisos do que os resultados obtidos por meio de métodos convencionais.

Percebe-se, portanto, que o DEA representa uma ferramenta de grande utilidade para análise da eficiência das DMUs, permitindo assim, conhecer os aspectos de cada município no tocante a questão do nível de gestão com o dinheiro público.

Quanto aos modelos de DEA, existem dois: o modelo CRS, também conhecido por CCR (Charnes, Cooper e Rhodes), que considera retornos de escala constantes, e o modelo VRS, ou BCC (Banker, Charnes e Cooper), que considera retornos variáveis de escala e não assume proporcionalidade entre *inputs* e *outputs* (MEZA *et al*, 2003).

Nesta pesquisa, por sua vez, a análise DEA é baseada no modelo denominado método CCR, ou modelo de Escala de Retornos Constantes (*Constant Returns to Scale – CRS*) e foi desenvolvido no trabalho de Charnes, Cooper e Rhodes (1978). Tal modelo pressupõe que quanto maior o investimento em entradas, o retorno ou saídas, devem seguir a mesma proporção (MACÊDO *et al*, 2012), ou seja, se uma determinada entidade pública investe cem mil reais na construção de duas escolas, então outra entidade pública que investe duzentos mil deverá construir quatro novas escolas para possuir eficiência semelhante à primeira. Este modelo baseia-se em um problema de programação matemática que busca maximizar a eficiência das DMUs que estão em análise. O modelo utilizado neste estudo possui duas orientações, uma que maximiza os *outputs* e outra que minimiza os *inputs*.

A eficiência calculada pela DEA é relativa e baseada em observações reais, ou seja, as DMUs têm seus desempenhos medidos por meio da comparação de seus resultados e dos seus insumos com os resultados e insumos das outras DMUs da amostra. Nesse contexto, as DMUs consideradas eficientes possuem eficiência igual a 1 (um) ou 100% (cem por cento). Assim, a DEA permite que se calcule a eficiência de cada DMU, ao realizar comparações entre as unidades do grupo analisado, no intuito de destacar as melhores dentro dele. Outro aspecto apontado pelos autores é que essa técnica possibilita a identificação das causas e dimensões da ineficiência relativa de cada unidade avaliada, indicando as variáveis que podem ser trabalhadas para a melhoria do resultado de uma determinada DMU ineficiente (FARIA; JANNUSSI; SILVA, 2008).

Diante do exposto, este estudo utiliza-se para compor o modelo DEA, das informações dos gastos com recursos públicos em educação nos municípios do Cariri Ocidental da Paraíba como *inputs*, e a quantidade de alunos matriculados e professores em atividade como *outputs*, com o intuito de descrever quais são os municípios que são eficientes em seus gastos com educação.

3 METODOLOGIA

De acordo com Viegas (1999), a metodologia é o conjunto de técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento de maneira sistemática. Para Reis (2008, p. 43) a metodologia é definida da seguinte forma:

É o estudo da melhor maneira de abordar determinados problemas no estado atual de conhecimento, escolhendo o melhor caminho para lograr os objetivos pré-estabelecidos e fundamentados nos questionamentos das realidades teóricas e empíricas estudadas.

No tocante ao objetivo da metodologia, Gil (2001, p. 185), afirma que ela deve esclarecer o leitor acerca dos métodos e técnicas empregados na pesquisa, demonstrando como a mesma está classificada.

3.1 Formas de classificar as pesquisas

Silva e Menezes (2001) quando tratam da forma de classificar as pesquisas, as dividem em quatro diferentes pontos de vista: da sua natureza, da forma de abordagem do problema, de seus objetivos e dos procedimentos técnicos.

3.1.1 Quanto à natureza

No que diz respeito à natureza, esta pesquisa é caracterizada como aplicada, haja vista que, tem-se o objetivo de analisar o desempenho dos dezessete municípios que compõem o Cariri Ocidental da Paraíba no tocante a questão da gestão dos gastos com recursos direcionados à educação municipal.

No entendimento de Cooper e Schindler (2003), a pesquisa aplicada em um de seus objetivos tem uma ênfase prática na solução de problemas, mesmo que essa solução nem sempre seja gerada por circunstâncias negativas. Os autores também salientam que esse tipo de pesquisa é conduzida para revelar respostas para questões específicas relacionadas à ação,

desempenho ou necessidades políticas, sendo mais voltada para tomada de decisões gerenciais.

3.1.2 Quanto à forma de abordagem do problema

Com relação a esse ponto a pesquisa configura-se como quantitativa e qualitativa, uma vez que, a primeira caracteriza-se pela quantificação das modalidades de coletas de dados e informações, e tem a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitarem distorções de análise e interpretação, já que este trabalho vai analisar relatórios oficiais dos municípios do Cariri Ocidental da Paraíba no intuito de apresentar dados com relação à questão da eficiência dos gastos com educação dentro do período analisado; a segunda está ligada a descrição e a apresentação da realidade tal como é em sua essência, bem como a coleta de informações sobre os fenômenos investigados, e sendo assim, este trabalho buscará todo seu fundamento na literatura. (GRESSLER, 2004).

3.1.3 Quanto aos objetivos

No tocante a esse aspecto, esta pesquisa é caracterizada como pesquisa descritiva. O objetivo primordial desse tipo de pesquisa é a descrição de determinada característica ou fenômeno, como também, o estabelecimento de relações entre variáveis. Outro aspecto importante diz respeito ao fato de que ela também se propõe a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos (GIL, 2009), o que pode ser perfeitamente relacionado ao objetivo deste estudo, uma vez que, objetiva apresentar um *ranking* dos municípios do Cariri Ocidental da Paraíba onde a administração pública possui o melhor e pior desempenho na gestão dos recursos destinados à educação.

3.1.4 Quanto aos procedimentos técnicos

Quanto aos procedimentos técnicos o presente estudo é caracterizado como pesquisa bibliográfica, uma vez que, utiliza-se de fontes secundárias, como livros e artigos no âmbito da temática relacionada ao trabalho. Também é uma pesquisa documental por utilizar fonte de dados primários, que conforme Andrade (2009) são documentos que a ainda não foram

utilizados em nenhum estudo, no caso desta pesquisa foram utilizados relatórios oficiais das Prefeituras Municipais do Cariri Ocidental Paraibano publicadas nos anos de 2007, 2008 e 2009.

3.2 Coleta dos dados

Os dados utilizados nesta pesquisa para compor o *inputs* foram coletados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE¹), e dizem respeito as informações de despesas com ações típicas de MDE, ou seja, as despesas com Educação Infantil e Ensino Fundamental relativas aos anos de 2007, 2008 e 2009. Tais informações estão contidas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal. No SIOPE estão divulgadas as informações de receitas e despesas com educação de todos os municípios brasileiros.

As informações relativas ao *outputs* da pesquisa foram retiradas do endereço eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e se referem ao número de matrículas na Educação Infantil e Ensino Fundamental, bem como o número de docentes que atuam na Educação Infantil e Ensino Fundamental nos municípios do Cariri Ocidental da Paraíba referentes ao ano de 2009.

3.3 Método de Análise de Dados

O método utilizado neste trabalho para análise dos dados é a DEA. Como descrito no referencial teórico, a DEA consiste em um método de programação matemática que tem o objetivo de analisar a eficiência das DMUs que compõem a amostra, no caso os municípios que compõem o Cariri Ocidental da Paraíba.

Para a análise dos dados da pesquisa foi utilizado o *Data Envelopment Analysis Online Software* (DEAOS²), que consiste em um aplicativo disponível na rede mundial de computadores, de forma parcialmente gratuita, e tem o objetivo de fornecer aos usuários uma maneira mais simples de análise dos modelos DEA.

¹ É um sistema eletrônico, operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), instituído para coleta, processamento, disseminação e acesso público às informações referentes aos orçamentos de educação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/siope/apresentacao.do>>.

² Disponível em: <<https://www.deaos.com/login.aspx?ReturnUrl=%2f>>.

Conforme Lins e Meza (2000), a aplicação da metodologia DEA em um problema qualquer segue três passos: a definição e seleção das DMUs para análise; a seleção de variáveis (*inputs* e *outputs*) que são relevantes e apropriadas para estabelecer a eficiência relativa das DMUs selecionadas; a aplicação dos modelos DEA, com maior ou menor nível de sofisticação.

Seguindo os passos sugeridos pelo autor, este trabalho primeiramente selecionou as DMUs, que são representadas pelas dezessete prefeituras municipais do Cariri Ocidental da Paraíba. A etapa seguinte consistiu em inserir no aplicativo as informações que compuseram os *inputs* (recursos gastos na Educação Infantil e Ensino Fundamental) relativos aos anos de 2007, 2008 e 2009, bem como informações de *outputs* (matrículas de alunos em Educação Infantil e Ensino Fundamental) do ano de 2009. E, os resultados alcançados estão evidenciados no item análise dos dados.

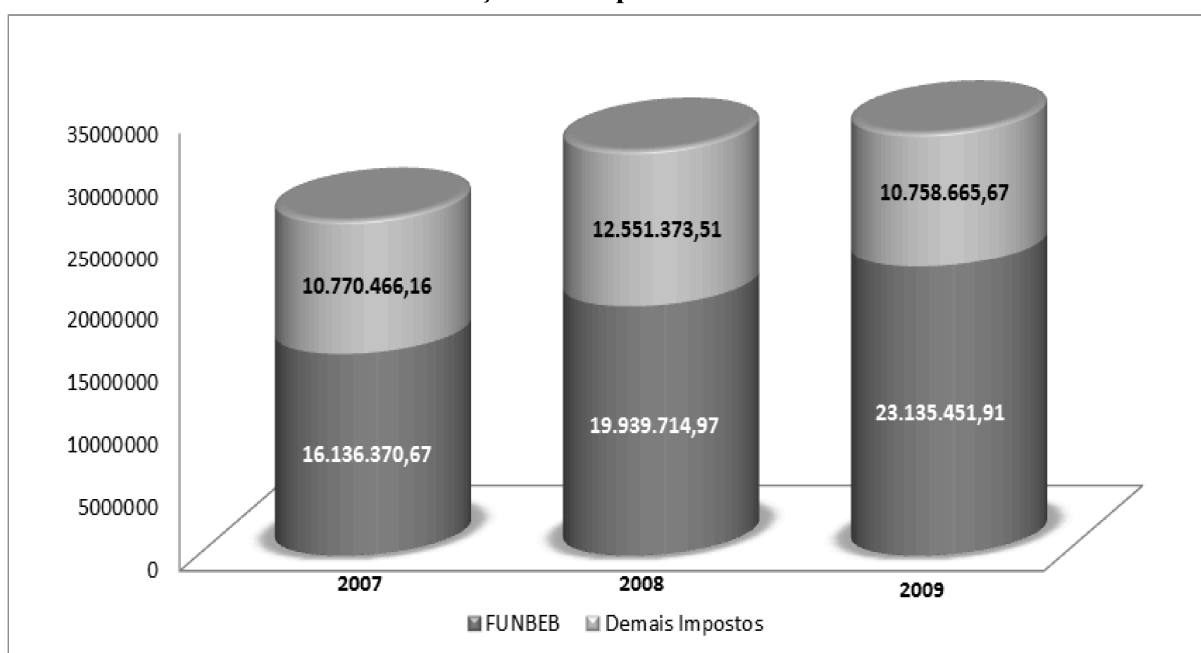
3.5 Descrição da população

A população utilizada nesta pesquisa foram os 17 municípios que fazem parte da Microrregião do Cariri Ocidental do Estado da Paraíba: Amparo, Assunção, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, Taperoá e Zabelê. Como as cidades continham todas as informações suficientes para análise, a amostra da pesquisa foi constituída por 100% (cem por cento) da população.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Este trabalho tem o objetivo de analisar a eficiência dos gastos com recursos públicos educacionais nos municípios do Cariri Ocidental da Paraíba, portanto, cabe também analisar alguns aspectos dos recursos que foram destinados aos cofres públicos municipais durante o período em estudo. O Gráfico 1 apresenta algumas características das receitas recebidas pelos municípios para gastos com o ensino fundamental e educação infantil.

Gráfico 1 Receitas destinadas a educação municipal



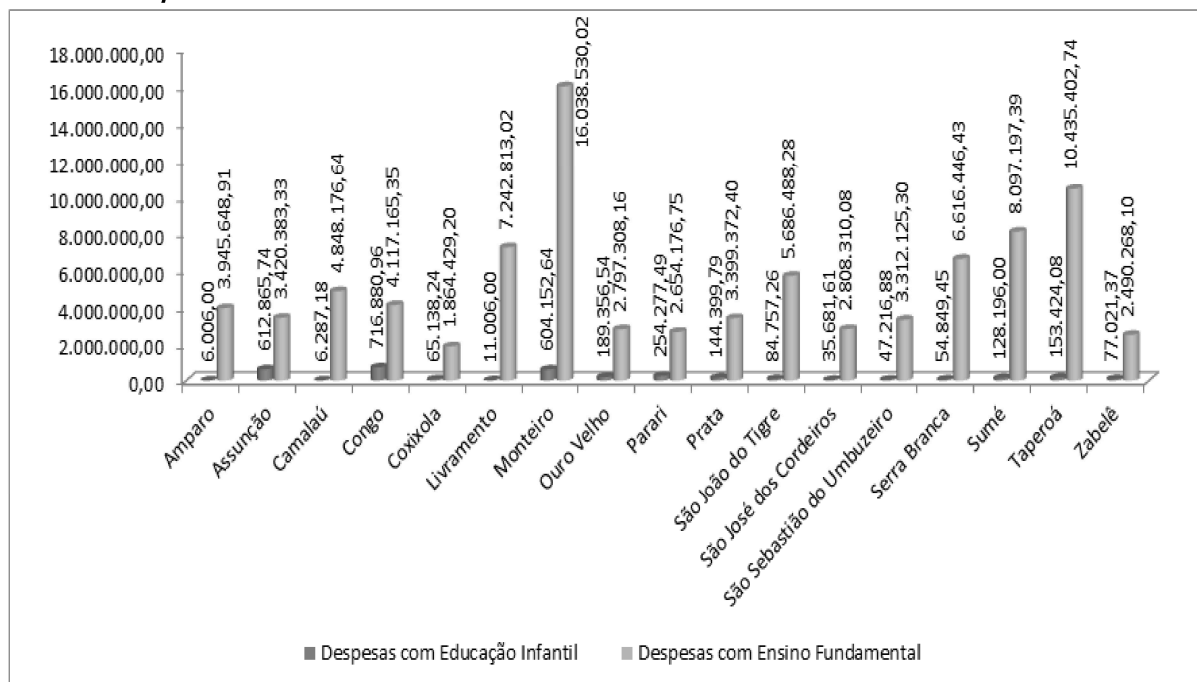
Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Os resultados apresentados no gráfico mostram que entre os anos de 2007 e 2009 houve um crescimento nas receitas destinadas a educação de 26% (vinte e seis por cento). A receita total do período representa um montante de R\$ 93.292.042,89 (noventa e três milhões, duzentos e noventa e dois mil e quarenta e dois reais e oitenta e nove centavos), sendo que deste valor, 63% (sessenta e três por cento) são receitas provenientes do FUNDEB, já as receitas oriundas dos demais impostos representam 37% (trinta e sete por cento). Tais resultados apontam que as receitas do FUNDEB representam a maior fonte de recursos para a educação básica dos municípios do Cariri Ocidental da Paraíba.

Para a execução do modelo DEA proposto neste estudo para a análise dos dados foram consideradas, conforme exposto na metodologia, duas variáveis que compuseram as informações de *inputs*, ou seja, os recursos gastos com educação básica dos municípios –

despesas com ensino fundamental e educação infantil. Para tanto, foram consideradas as dezessete cidades que compõem o Cariri Ocidental da Paraíba. O Gráfico 2 apresenta as características destas variáveis.

Gráfico 2 Inputs do Modelo



Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Dentro da análise das variáveis da Gráfico 2 é possível visualizar a proporção de aplicação de recursos na educação infantil e ensino fundamental nos municípios analisados no período de 2007 a 2009.

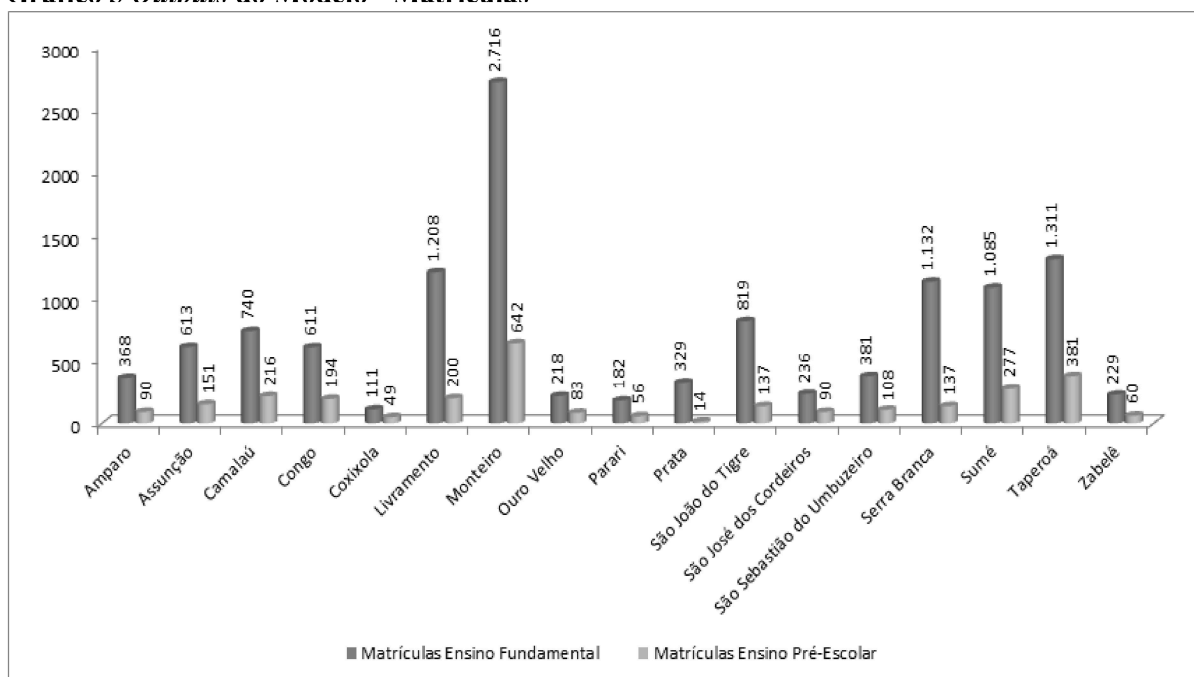
Quanto a educação infantil, os gastos variaram de R\$ 6.006,00 (seis mil e seis reais) a R\$ 716.880,96 (setecentos e dezesseis mil oitocentos e oitenta reais e noventa e seis centavos), sendo o município de Congo responsável pelo maior valor de recursos destinados a esta modalidade de ensino no período em análise. Os dados apontam que a média de aplicação de recursos em educação infantil foi de R\$ 187.736,31 (cento e oitenta e sete mil setecentos e trinta e seis reais e trinta e um centavos).

Os resultados evidenciam que os gastos no ensino fundamental variaram de R\$ 1.864.429,20 (um milhão oitocentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e vinte e nove reais e vinte centavos) a R\$ 16.038.530,02 (dezesseis milhões, trinta e oito mil quinhentos e trinta reais e dois centavos), nesta modalidade de ensino o município de Monteiro foi o que mais investiu recursos. O valor médio de gastos nessa área foi de R\$ 5.280.837,77 (cinco milhões, duzentos e oitenta mil oitocentos e trinta e sete reais e setenta e sete centavos).

Os dados evidenciados no Gráfico 2 demonstram que os gastos totais foram de R\$ 92.965.759,33 (noventa e dois milhões, novecentos e sessenta e cinco mil setecentos e cinquenta e nove reais e trinta e três centavos) em educação infantil e ensino fundamental no período de 2007 a 2009. Deste montante, o ensino fundamental recebeu um percentual de 96,57% (noventa e seis vírgula cinquenta e sete por cento), a educação infantil recebeu apenas 3,43% (três vírgula quarenta e três por cento). Tal resultado demonstra que a grande maioria dos recursos recebidos pelos municípios do Cariri Ocidental da Paraíba são canalizados para o ensino fundamental.

A mesma análise é feita nos Gráficos 3 e 4 com as variáveis que compuseram os *outputs*. Estas informações dizem respeito aos direcionadores dos investimentos em educação municipal.

Gráfico 3 Outputs do Modelo - Matrículas



Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

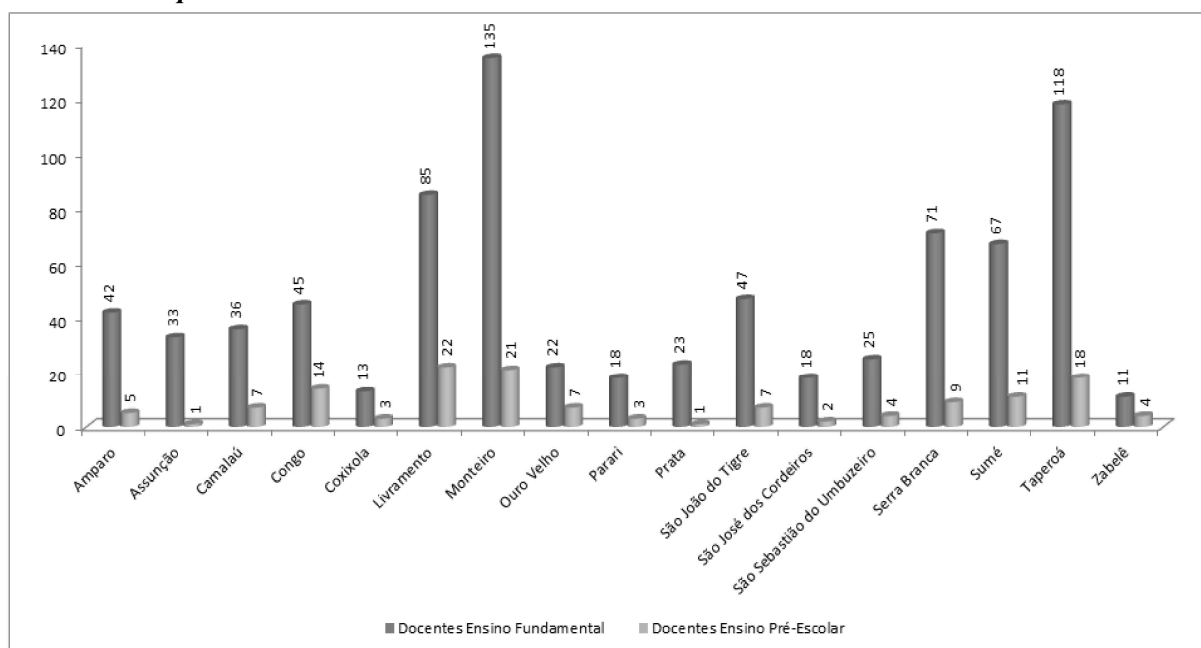
Os dados do Gráfico 3 evidenciam informações relativas as matrículas de alunos na educação infantil e ensino fundamental de cada município analisado.

Os resultados deste gráfico mostram que o número total de alunos matriculados na rede municipal de ensino foi de 15.174 (quinze mil cento e setenta e quatro). Deste total o ensino fundamental representa 12.289 (doze mil duzentos e oitenta e nove), ou um percentual de 81% (oitenta e um por cento), já a educação infantil representa 2.885 (dois mil oitocentos e oitenta e cinco), ficando apenas com um percentual de 19% (dezenove por cento). Pode-se

então afirmar que o ensino fundamental é a modalidade de ensino que tem o maior número de alunos matriculados nos municípios do Cariri Ocidental da Paraíba.

A cidade de Monteiro, por ser a maior da região em análise, possui o maior número de alunos matriculados em sua rede municipal de ensino. Coxixola é o município que possui o menor número de alunos matriculados conforme a análise.

Gráfico 4 Outputs do Modelo - Docentes



Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

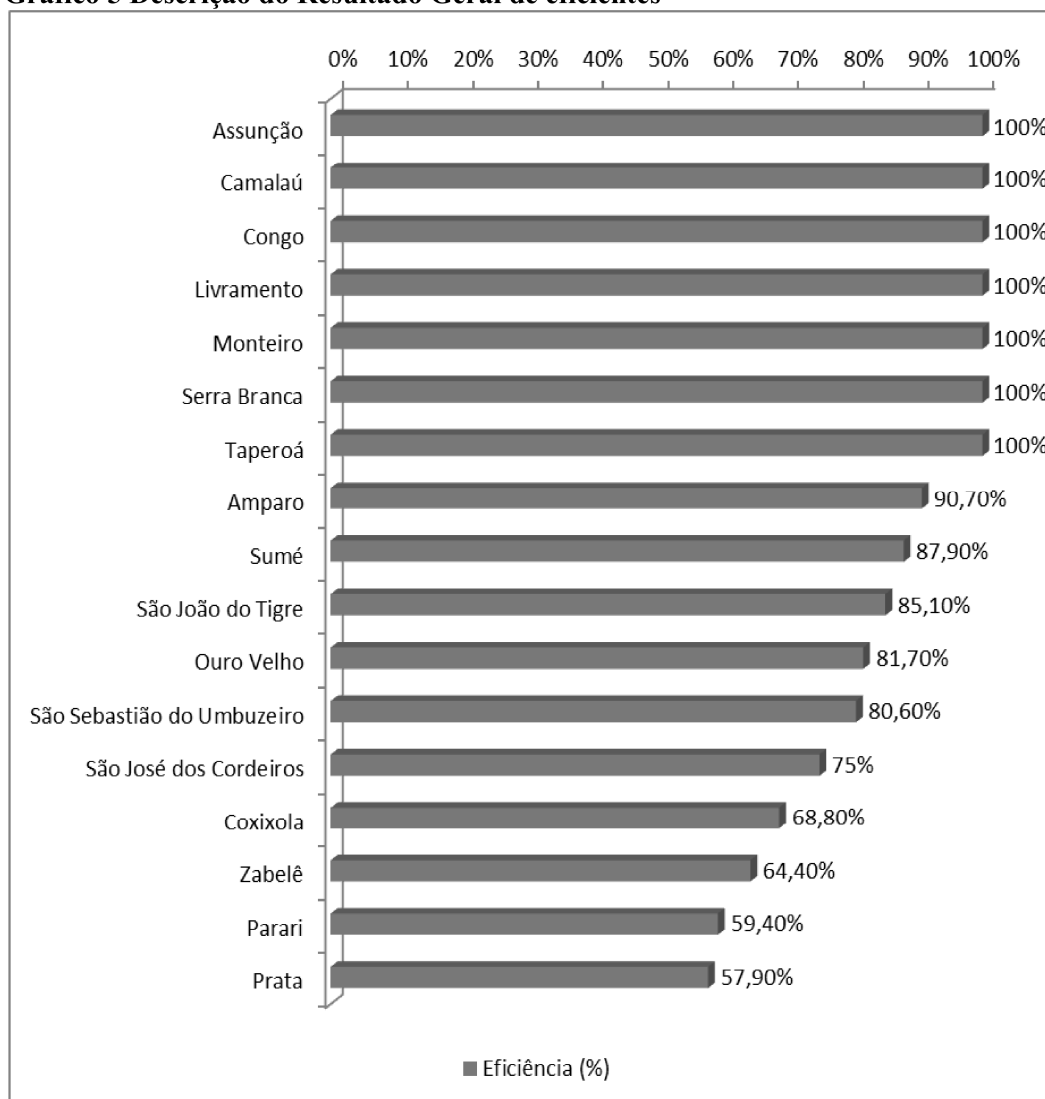
No tocante aos dados referentes aos docentes, o Gráfico 4 mostra que a maioria desempenha suas funções no ensino fundamental, uma vez que, 809 (oitocentos e nove) docentes atuaram nesta modalidade de ensino contra 139 (cento e trinta e nove) da educação infantil no período analisado.

As cidades que apresentam uma maior concentração de professores na rede municipal de ensino são Monteiro e Taperoá. Já o município de Zabelê apresentou a menor quantidade de docentes.

Os resultados do Gráfico 4 apontam que a média de professores atuantes nas escolas em municípios com mais de 10.000 (dez mil) habitantes (Monteiro, Serra Branca, Sumé e Taperoá) é de 112 (cento e doze). Já nas cidades com o número de habitantes até 10.000 (dez mil), a média é de 38 (trinta e oito).

O Gráfico 5 apresenta os resultados obtidos pelo modelo DEA no que se refere aos níveis de eficiência. Para uma melhor representação dos dados, são evidenciados os percentuais de eficiência obtidos por cada município.

Gráfico 5 Descrição do Resultado Geral de eficientes



Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Os resultados da análise por meio da DEA apresentam que sete municípios conseguiram atingir 100% (cem por cento) de eficiência no uso dos recursos públicos destinados à educação quando comparados com os demais municípios analisados, são eles, Assunção, Camalaú, Congo, Livramento, Monteiro, Serra Branca e Taperoá. Estas cidades representam 41,17% (quarenta e um vírgula dezessete por cento) da amostra desta pesquisa.

Observa-se que seis cidades obtiveram eficiência entre 70% (setenta por cento) e 100%. Estas representam um percentual de 35,3% (trinta e cinco vírgula três por cento) das cidades analisadas neste trabalho.

O Gráfico 5 mostra também que 23,53% (vinte e três vírgula cinquenta e três por cento) dos municípios apresentam eficiência abaixo de 70% (setenta por cento). Na média geral, a eficiência dos municípios do Cariri Ocidental Paraibano é de 85,38% (oitenta e cinco vírgula trinta e oito por cento) no período analisado por este estudo, um índice significativamente positivo.

Para uma melhor descrição dos resultados da pesquisa foram separados dois conjuntos de cidades, no primeiro estão as sete que obtiveram 100% (cem por cento) de eficiência, e no segundo constam as quatro que apresentam eficiência abaixo de 70% (setenta por cento).

As sete melhores cidades do Cariri Ocidental da Paraíba no que se refere a administração dos recursos públicos direcionados à educação estão elencadas na Tabela 1. O primeiro critério estabelecido para este *ranking* foi o percentual de eficiência obtido no modelo DEA e o segundo foi a população estimada em 2009. Nesta tabela contém as informações da posição, de população, gastos com educação, alunos matriculados e docentes da rede pública municipal.

Tabela 1 Cidades do Cariri Ocidental da Paraíba com 100% de eficiência em Educação

Posição	Cidade	População Estimada (2009)	Gastos com Educação (R\$)	Matrículas do Ensino Municipal	Docentes do Ensino Municipal
1º	Monteiro	31.100	16.642.682,66	3.358	156
2º	Taperoá	15.236	10.588.826,82	1.692	138
3º	Serra Branca	12.816	6.671.295,88	1.269	80
4º	Livramento	7.330	7.253.819,02	1.408	107
5º	Camalaú	5.959	4.854.463,82	956	43
6º	Congo	4.930	4.834.046,31	805	59
7º	Assunção	3.471	4.033.249,07	764	34

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Pode-se perceber que a população que estes municípios abrangem possui mais de 80.000 (oitenta mil) habitantes. A tabela evidencia que 57% (cinquenta e sete por cento) das cidades que são eficientes na administração dos recursos educacionais tem menos de dez mil habitantes, as demais mesmo representando 43% (quarenta e três por cento) deste total, totalizam mais que o dobro em termos de população.

Dentre as cidades eficientes com educação destaca-se a cidade de Monteiro, por ser a maior cidade do Cariri Ocidental em termos populacionais e econômicos.

Estas cidades investiram em educação básica no período analisado por este estudo, o montante de R\$ 54.878.383,58 (cinquenta e quatro milhões, oitocentos e setenta e oito mil trezentos e oitenta e três reais e cinquenta e oito centavos), sendo a cidade de Monteiro a responsável por 30% (trinta por cento) destes investimentos. Os municípios com menos de dez mil habitantes aplicaram em educação R\$ 20.975.578,22 (vinte milhões, novecentos e setenta e cinco mil quinhentos e setenta e oito reais e vinte e dois centavos) o que representa 38% (trinta e oito por cento) dos gastos totais das cidades eficientes.

Os alunos que se beneficiaram com esses recursos nas cidades eficientes somam 10.252 (dez mil duzentos e cinquenta e dois). Os docentes representam um total de 617 (seiscentos e dezessete).

Na Tabela 2 é evidenciado o *ranking* das quatro cidades que obtiveram eficiência abaixo de 70% (setenta por cento) no modelo DEA.

Tabela 2 Cidades do Cariri Ocidental da Paraíba com eficiência abaixo de 70% em Educação e seus Excessos

Posição	Cidade	Escore Eficiência	População Estimada (2009)	Excessos nas Despesas (R\$)	Matrículas	Docentes
14º	Coxixola	0,688	1.770	602.768,01	83	-
15º	Zabelê	0,644	2.101	913.133,15	25	5
16º	Parari	0,594	1.266	1.218.440,11	69	2
17º	Prata	0,579	4.057	1.562.978,21	41	5

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Os resultados descritos na Tabela 2 evidenciam que todas as cidades que obtiveram eficiência abaixo de 70% (setenta por cento) possuem menos de cinco mil habitantes. No total a população das quatro cidades é de 9.194 (nove mil cento e noventa e quatro) habitantes.

Observa-se nesta tabela a descrição dos excessos de despesas em cada uma das cidades, ou seja, o quanto as cidades gastaram a mais durante o período entre 2007 e 2009, para o nível de serviços que oferecem.

Dentro desse contexto e segundo os dados apontados pela análise DEA, as cidades descritas na Tabela 2 deveriam ter apresentado os seguintes dados para que tivessem alcançado a eficiência do grupo anterior: Coxixola deveria ter o montante de R\$ 602.768,01 (seiscentos e dois mil setecentos e sessenta e oito reais e um centavo) de gastos a menos e ainda possuir mais 85 alunos matriculados; a cidade de Zabelê teria que ter R\$ 913.133,15 (novecentos e treze mil cento e trinta e três reais e quinze centavos) de despesas a menos e ter a mais 25 alunos e 5 professores; Parari tinha que possuir mais 69 alunos matriculados e 5

docentes contratados e ainda ter apresentado o valor de R\$ 1.218.440,11 (um milhão duzentos e dezoito mil quatrocentos e quarenta reais e onze centavos) de gastos a menos; o município de Prata que aparece com o pior no *ranking*, teria que ter apresentado gastos a menos no valor de R\$ 1.562.978,21 (um milhão quinhentos e sessenta e dois mil novecentos e setenta e oito reais e vinte e um centavos), possui mais 41 alunos matriculados e 5 docentes a mais contratados.

Enfatiza-se que esses excessos resultam num total de R\$ 4.297.319,48 (quatro milhões duzentos e noventa e sete mil trezentos e dezenove reais e quarenta e oito centavos), isso significa que esse valor foi gasto de maneira ineficiente pelos municípios descritos na Tabela 5 durante o período de 2007 a 2009.

Contudo, as cidades observadas na Tabela 2 não devem ser consideradas ineficientes, uma vez que, elas apenas possuem um nível de eficiência inferior em relação às cidades com 100% de eficiência (CHARNES; COOPER; RHODES, 1978, *apud* MACÊDO *et al*, 2012).

4.1 Limitação da pesquisa

Observando-se os resultados desta pesquisa considera-se a limitação quanto ao período analisado, haja vista que a maioria dos municípios não transmitiram suas informações anuais referentes a receitas e despesas em educação no SIOPE. Outra limitação diz respeito as informações contidas no endereço eletrônico do IBGE no que diz respeito a matrículas e docentes da rede pública municipal, vez que, as duas últimas divulgações foram nos anos de 2009 e 2012. Os relatórios sobre orçamentos com educação dos anos anteriores a 2007 ficaram de fora da análise por questões de padronização das informações. Portanto este estudo se limitou a analisar os exercícios de 2007, 2008 e 2009. As receitas consideradas nestas pesquisa são as oriundas dos impostos e transferências, haja vista serem as que englobam o calculo do percentual de aplicação em educação definido pela Constituição Federal de 1988.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou a eficiência dos recursos públicos direcionados à educação nos municípios do Cariri Ocidental da Paraíba no período de 2007 a 2009, para tanto, utilizou-se da Análise de Envoltória de Dados (DEA) por meio do aplicativo *Data Envelopment Analysis Online Software* (DEAOS) como ferramenta para apreciação dos dados. Tal aplicativo encontra-se disponível na rede mundial de computadores e sua gratuidade depende do número de *inputs* e *outputs* utilizados na pesquisa. Os dados são inseridos após a definição das informações referentes aos *inputs* e *outputs* e com base nessas informações, o aplicativo os processa, gerando ao fim, os índices de eficiência de cada DMU analisada, que pode variar de 0% a 100%.

Este estudo evidenciou que no período analisado houve um crescimento de 26% nas receitas oriundas de impostos e transferências que foram empregadas na educação dos municípios, e que o montante de recursos recebidos pelos municípios representou um total de R\$ 93.292.042,89, sendo que, as receitas a título de FUNDEB representaram 63% deste valor, e o restante de outros tipos de impostos.

Por meio da análise das variáveis despesas com Educação Infantil e Ensino Fundamental, como *inputs* do modelo, foi possível evidenciar um montante de investimentos R\$ 92.965.759,33. A grande maioria destes investimentos foram destinados para Ensino Fundamental, num percentual de 96,57%. As cidades de Congo e Monteiro foram as que mais investiram em educação infantil e ensino fundamental respectivamente.

Os resultados da pesquisa também apontaram que o número de matrículas e docentes atuantes na rede municipal de ensino se concentram em sua maioria no ensino Fundamental. Estas informações compuseram o *outputs* do modelo.

O resultado da análise por meio da DEA demonstrou que 41,17% dos municípios do Cariri Ocidental da Paraíba foram eficientes no uso dos recursos públicos destinados à educação e que 23,53% obtiveram eficiência abaixo de 70%.

Foi possível estabelecer os percentuais de eficiência dos municípios mais e menos eficientes, em que a primeira e última colocação dentre os mais eficientes foi ocupada pelas cidades de Monteiro e Assunção, respectivamente. Observou-se que os municípios mais populosos do Cariri Ocidental da Paraíba, com exceção da cidade de Sumé, obtiveram eficiência no uso dos recursos destinados a educação.

Observou-se também que os municípios que obtiveram eficiência abaixo de 70%, possuíram excessos de despesas no valor de R\$ 4.297.319,48. Estas cidades também deveriam ter matriculados mais 218 alunos na educação infantil e ensino fundamental, e 12 professores a mais atuando em sala de aula.

Conclui-se que no que concerne aos recursos públicos direcionados à educação os maiores municípios do Cariri Ocidental da Paraíba tendem a possuir uma gestão mais eficiente.

Este trabalho mostrou que em função de tantas mudanças histórias, tanto a nível mundial como na própria legislação brasileira, a administração pública teve que adotar mecanismos que deixassem de lado a forma burocrática de administrar e passou a desenvolver suas atividades no sentido de almejar resultados eficientes. Essa eficiência se refere a administrar com a maior economicidade de recursos e ao mesmo tempo visando um resultado satisfatório para a população usuária dos serviços públicos. Dentro deste cenário, a educação consiste em uma política pública indispensável, além de um direito constitucional, e merece uma atenção especial dos gestores públicos, pois esta configura-se como um dos pilares do desenvolvimento de uma nação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eduardo de Carvalho. **Alternativa de política educacional para o Brasil: School Accountability**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572009000400009&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 de agosto. 2013.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

BLOCH, Renata Arruda de; BALASSIANO, Moisés. **A democratização da gestão pública: as relações entre gestor, inovação e porte demográfico do município**. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6257/4849>>. Acesso em: 01 de agosto. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <<http://www.fael.edu.br/arquivos/legislacao/lei-9394-96.pdf>>. Acesso em: 22 de julho. 2013.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006. **Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm>. Acesso em: 25 de julho. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso em: 24 de julho. 2013.

BRASIL. Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. **Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm>. Acesso em: 25 de julho. 2013.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998. **Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm>. Acesso em: 25 de julho. 2013

CARNEIRO, Margareth F. Santos. Administração Pública – uma visão geral. In: CARNEIRO, Margareth F. Santos: **Gestão pública: o papel do planejamento estratégico, gerenciamento de portfólio, programas e projetos e dos escritórios de projetos na modernização da gestão pública**. 1. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2010. cap 1, p. 9-23.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

DINIZ, Joseilton Alves; CORRAR, Luiz João. **Alocação de recursos públicos na educação fundamental: uma relação entre os gastos e desempenhos dos alunos da rede pública municipal**. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos112011/356.pdf>>. Acesso em: 28 de julho. 2013.

FARIA, Flavia Peixoto; JANNUSSI, Paulo de Martinho; SILVA, Silvano José da. **Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n1/a08v42n1.pdf>>. Acesso em: 05 de julho. 2013.

FILHO, Mário Pascarelli. Cenários e Histórico sobre a Administração Pública. IN: FILHO, Mário Pascarelli. **A nova administração pública: profissionalização, eficiência e governança**. São Paulo: DVS Editora, 2011. Cap. 1, p. 15-36.

FILHO, João Eudes Bezerra. Introdução ao estudo do orçamento público. IN: FILHO, João Eudes Bezerra. **Contabilidade Pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e 500 sugestões**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. cap. 1, p. 1-38.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

GOMES, Eduardo Granha Magalhães. **Gestão por Resultados e eficiência na Administração Pública: uma análise à luz da experiência de Minas Gerais**. 2009. 187 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

GUIMARÃES, Tomas de Aquino. **A nova administração pública e a abordagem da competência**. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewArticle/6284>>. Acesso em: 28 de julho. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades - Paraíba**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/uf.php?coduf=25&search=paraiba>>. Acesso em: 03 de junho. 2013.

JUNIOR, Sárís Pinto Machado; IRFFI, Guilherme; BENEGAS, Mauricio. **Análise da Eficiência Técnica dos Gastos com Educação, Saúde e Segurança Pública dos Municípios do Estado do Ceará.** Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br:8080/ri/bitstream/123456789/814/1/2011_art_girffi.pdf>. Acesso em: 02 de agosto. 2013.

MACÊDO, Francivânia Rodrigues Ribeiro *et al.* **Análise da eficiência dos recursos públicos direcionados à educação:** estudo nos municípios do Estado do Paraná. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 19, 2012, Bento Gonçalves - RS: nov. 2012.

MACÊDO, F.F.R.R.; FILHO, L.S.; JUNIOR, M.M.R. **Análise da eficiência dos recursos públicos direcionados à educação:** estudo nos municípios do estado de Santa Catarina. IN: ENCONTRO DA ANPAD, 36, 2012, Rio de Janeiro - RJ: set. 2012.

MELLO, João Carlos Correia Baptista Doares de *et al.* **Curso de Análise de Envoltória de Dados.** Disponível em: < http://www.uff.br/decisao/sbpo2005_curso.pdf>. Acesso em: 03 de julho. 2013.

MEZA, Lúcia Ângulo *et al.* **SIAD – Sistema Integrado de Apoio à Decisão:** uma implementação computacional de modelos de Análise de Envoltória de Dados. Disponível em: <http://www.cnpm.embrapa.br/publica/download/newsdownload/artigos_resumos%20anais%20eventos/apc_6spolm03_siad_eg.pdf>. Acesso em: 28 de junho. 2013.

PALUDO, Augustinho Vicente. Organização e estrutura do estado, governo e administração. IN: PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração pública:** teoria e questões. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. cap 1, p. 4-42.

_____. **Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada.** IN: PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração pública:** teoria e questões. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. cap 2, p. 47-50.

PARAÍBA. Tribunal de Contas do Estado. **Cartilha de orientação aos prefeitos eleitos.** Disponível em: <http://portal.tce.pb.gov.br/wordpress/wp-content/uploads/2009/11/2009_cartilha_orientacao_prefeito.pdf>. Acesso em: 01 de agosto. 2013.

PEREIRA, Jeronimo Rosário Tanan. **Gestão e controle de recursos públicos – um estudo sobre a rejeição de prestação de contas dos governos municipais do estado da Bahia.** 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Contabilidade). Universidade Federal da Bahia, Salvador 2010.

REIS, Linda G. **Produção de monografia da teoria à prática:** o método educar pela pesquisa (MEP). 2. ed. Brasília: Senac-DF, 2008.

SCARPIN, J. E. **Estudo dos Fatores Condicionantes do Índice de Desenvolvimento Humano nos Municípios do Estado do Paraná:** instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-24052006-145759/pt-br.php>>. Acesso em: 28 de julho. 2013.

SERESUELA, Nívea C. de Holanda. **Princípios Constitucionais da Administração Pública.** Disponível em: <http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com_repository&Itemid=56&func=startdown&id=315>. Acesso em: 01 de agosto. 2013.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 3ª Edição revisada e atualizada, Florianópolis: Laboratório de Ensino a distância da UFSC, 2001, p. 19 a 26.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal.** Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/siope/relatorioRREOMunicipal2006.do>>. Acesso em: 30 de maio. 2013.

SOUSA, E. V. de.; BUENO, M. N. F (Coord.). **Manual de Orientação FUNDEB.** Disponível em: <http://www.mpgp.mp.br/portal/system/resources/W1siZiIsIjIwMTMvMDQvMTEvMTJfMjdfMDBfMzYzX21hbnVhbF9mdW5kZWlucGRmI1d/manual_fundeb.pdf>. Acesso em: 02 de agosto. 2013.

SOUZA, Corine Sumski de. **O papel do controle interno na gestão dos gastos públicos municipais.** Disponível em: <http://www.paranaeducacao.pr.gov.br/arquivos/File/TCC_CORINE_SUMSKI_SOUZA.pdf>. Acesso em: 21 de julho. 2013.

VIEGAS, Waldyr. **Fundamentos de metodologia científica.** Brasília: UNB, 1999.

ANEXOS

ANEXO A – Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal – Monteiro/PB – Anos 2007, 2008 e 2009

08/08/13

SIOPE

FNDE**SIOPE**SISTEMA DE INFORMAÇÕES
SOBRE ORÇAMENTOS
PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal

Ano: 2007
 Período: Anual
 UF: Paraíba
 Município: Monteiro
 Consultar

Imprimir

Tabela 19B - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

Monteiro - Paraíba

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Ano: 2007

RREO - ANEXO X (Lei nº 9.394/1996, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			No Ano (b)	% (b/a)
1 - RECEITAS DE IMPOSTOS		875.000,00	860.085,00	98,29
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU		220.000,00	230.216,00	104,64
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU		220.000,00	230.216,00	104,64
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU		0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do IPTU		0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU		0,00	0,00	0,00
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI		20.000,00	35.001,00	175,00
Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI		20.000,00	35.001,00	175,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI		0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do ITBI		0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI		0,00	0,00	0,00
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		330.000,00	346.462,00	104,98
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		330.000,00	346.462,00	104,98
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS		0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do ISS		0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS		0,00	0,00	0,00
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		305.000,00	248.406,00	81,44
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		305.000,00	248.406,00	81,44

https://www.fnde.gov.br/siope/relatorioRREOMunicipal2007.do?acao=pesquisar&pag=result&anos=2007&periodos=1&cod_uf=25&municipios=250970

1/4

08/08/13

SIOPE

Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		000.000,00	2.107.000,00	0,11
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF		0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do IRRF		0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida		0,00	0,00	0,00
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS		8.647.000,00	9.126.351,00	105,54
2.1 - Cota-Parte FPM		7.150.000,00	7.651.096,00	107,00
2.2 - Cota-Parte ICMS		1.330.000,00	1.312.670,00	98,69
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996		7.000,00	4.382,00	62,60
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação		7.000,00	6.033,00	86,18
2.5 - Cota-Parte ITR		10.000,00	8.254,00	82,54
2.6 - Cota-Parte IPVA		143.000,00	143.916,00	100,64
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro		0,00	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1+2)		9.522.000,00	9.986.436,00	104,87
OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			No Ano (b)	% (c)= (b/a)x100
4 - TRANSFERÊNCIAS DO FNDE		0,00	181.918,00	0,00
4.1 - Transferências do Salário-Educação		0,00	77.086,00	0,00
4.2 - Outras Transferências do FNDE		0,00	104.832,00	0,00
5 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00
6 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADA À EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00
7 - OUTRAS RECEITAS DESTINADAS À EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00
8 - TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO (4+5+6+7)		0,00	181.918,00	0,00
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			No Ano (b)	% (c)= (b/a)x100
9 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB		1.273.050,00	1.481.892,00	116,40
9.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB		1.072.500,00	1.260.933,00	117,56
9.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB		199.500,00	218.674,00	109,61
9.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB		0,00	730,00	0,00
9.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB		0,00	1.005,00	0,00
9.5 - Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB		1.050,00	550,00	52,38
9.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB		0,00	0,00	0,00
10 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB		2.600.000,00	3.149.914,00	121,15
10.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB		2.600.000,00	3.000.000,00	115,38
10.2 - Complementação da União ao FUNDEB		0,00	149.914,00	0,00
10.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00
11 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (10.1-9)		1.326.950,00	1.518.108,00	114,40
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				
DESPESAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS	
			No Ano (e)	% (f)= (e/d)x100
12 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		2.359.100,00	2.358.923,00	99,99
12.1 - Com Educação Infantil		0,00	0,00	0,00
12.2 - Com Ensino Fundamental		2.359.100,00	2.358.923,00	99,99
13 - OUTRAS DESPESAS		910.588,00	910.458,00	99,98
13.1 - Com Educação Infantil		0,00	0,00	0,00

08/08/13

SIOPE

13.2 - Com Ensino Fundamental		910.588,00	910.458,00	99,98
14 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (12+13)		3.269.688,00	3.269.381,00	99,99
15 - MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO E ENSINO FUNDAMENTAL¹ (12/10) X 100%				74,89
CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO				
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			No Ano (b)	% (c)= (b/a)x100
16 - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% DE 3)¹		2.380.500,00	2.496.609,00	104,87
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	
			No Ano (e)	% (f)= (e/d)x100
17 - EDUCAÇÃO INFANTIL		16.437,00	16.436,00	99,99
17.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00
17.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		16.437,00	16.436,00	99,99
18 - ENSINO FUNDAMENTAL		5.061.830,00	4.700.582,00	92,86
18.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		3.269.688,00	3.269.381,00	99,99
18.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		1.792.142,00	1.431.201,00	79,85
19 - ENSINO MÉDIO		0,00	0,00	0,00
20 - ENSINO SUPERIOR		0,00	0,00	0,00
21 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR		0,00	0,00	0,00
22 - OUTRAS		0,00	0,00	0,00
23 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (17+18+19+20+21+22)		5.078.267,00	4.717.018,00	92,88
DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL				VALOR
24 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (11)				1.518.108,00
25 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO				149.914,00
26 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO²				0,00
27 - DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO ACRÉSCIMO E DA COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR				0,00
28 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM A DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (37g)				0,00
29 - RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (41)				0,00
30 - TOTAL DAS DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (24+25+26+27+28+29)				1.668.022,00
31 - MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO³ [(17+18) - (30) / (3)] X 100%				30,53
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	
			No Ano (e)	% (f)= (e/d)x100
32 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		128.000,00	103.602,00	80,93
33 - RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00
34 - OUTROS RECURSOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO		413.400,00	275.355,00	66,60
35 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE (32+33+34)		541.400,00	378.957,00	69,99
36 - TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (23+35)		5.619.667,00	5.095.975,00	90,68
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE FINANCEIRO				

08/08/13

SIOPE

RESTOS A PAGAR INCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2007 (G)
37 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB		VALOR
38 - SALDO FINANCEIRO DO FUNDEF EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		41.867,00
39 - (+) INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE		3.149.914,00
40 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		3.191.781,00
41 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE		0,00
42 - (=) SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ATUAL		0,00

NOTAS:

¹ Caput do artigo 212 da CF/1988

² Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

³ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Leio 9.394/96, art. 11, V.

Assumo a responsabilidade pelas informações acima uma vez que a metodologia adotada para apuração dos limites constitucionais está de acordo com a do TCE/TCM.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Versão: 1.6.16

08/08/13

SIOPE

FNDE**SIOPE**SISTEMA DE INFORMAÇÕES
SOBRE ORÇAMENTOS
PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO**Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal**

Ano: 2008
 Período: Anual
 UF: Paraíba
 Município: Monteiro

[Consultar](#) [Imprimir](#)**Tabela 19B - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS**

Monteiro - Paraíba

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Ano: 2008

RREO - ANEXO X (Lei nº 9.394/1996, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			No Ano (b)	% (b/a)
1 - RECEITAS DE IMPOSTOS		1.000.000,00	1.117.940,00	111,79
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU		280.000,00	219.196,00	78,28
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU		280.000,00	219.196,00	78,28
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU		0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do IPTU		0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU		0,00	0,00	0,00
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI		35.000,00	39.434,00	112,66
Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI		35.000,00	39.434,00	112,66
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI		0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do ITBI		0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI		0,00	0,00	0,00
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		375.000,00	539.893,00	143,97
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		375.000,00	539.893,00	143,97
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS		0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do ISS		0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS		0,00	0,00	0,00
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		310.000,00	319.417,00	103,03
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		310.000,00	319.417,00	103,03

08/08/13

SIOPE

IMPOSTOS DE RENDA REALIZADOS NA FÓRMULA		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	% (c) = (b/a)x100
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF		0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do IRRF		0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS		9.345.000,00	12.271.887,00	131,32	
2.1 - Cota-Parte FPM		7.700.000,00	10.599.775,00	137,65	
2.2 - Cota-Parte ICMS		1.458.000,00	1.506.937,00	103,35	
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996		7.000,00	4.300,00	61,42	
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação		8.000,00	4.257,00	53,21	
2.5 - Cota-Parte ITR		10.000,00	9.607,00	96,07	
2.6 - Cota-Parte IPVA		162.000,00	147.011,00	90,74	
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro		0,00	0,00	0,00	
3 - TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1+2)		10.345.000,00	13.389.827,00	129,43	
OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
				No Ano (b)	% (c) = (b/a)x100
4 - TRANSFERÊNCIAS DO FNDE		294.000,00	408.512,00	138,94	
4.1 - Transferências do Salário-Educação		53.000,00	92.184,00	173,93	
4.2 - Outras Transferências do FNDE		241.000,00	316.328,00	131,25	
5 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	
6 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADA À EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	
7 - OUTRAS RECEITAS DESTINADAS À EDUCAÇÃO		0,00	713.988,00	0,00	
8 - TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO (4+5+6+7)		294.000,00	1.122.500,00	381,80	
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
				No Ano (b)	% (c) = (b/a)x100
9 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB		1.650.240,00	2.139.151,00	129,62	
9.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB		1.386.000,00	1.840.876,00	132,81	
9.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB		262.440,00	275.830,00	105,10	
9.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB		0,00	788,00	0,00	
9.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB		0,00	780,00	0,00	
9.5 - Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB		1.800,00	1.280,00	71,11	
9.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB		0,00	19.597,00	0,00	
10 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB		3.274.998,00	4.118.732,00	125,76	
10.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB		3.274.998,00	3.960.000,00	120,91	
10.2 - Complementação da União ao FUNDEB		0,00	158.732,00	0,00	
10.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	
11 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (10.1-9)		1.624.758,00	1.820.849,00	112,06	
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
DESPESAS DO FUNDEB		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS	
				No Ano (e)	% (f) = (e/d)x100
12 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		2.783.748,00	3.483.345,00	125,13	
12.1 - Com Educação Infantil		0,00	0,00	0,00	
12.2 - Com Ensino Fundamental		2.783.748,00	3.483.345,00	125,13	
13 - OUTRAS DESPESAS		491.250,00	614.708,00	125,13	
13.1 - Com Educação Infantil		0,00	0,00	0,00	

08/08/13

SIOPE

13.2 - Com Ensino Fundamental		491.250,00		614.708,00	125,13
14 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (12+13)		3.274.998,00		4.098.053,00	125,13
15 - MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO E ENSINO FUNDAMENTAL¹ (12/10) X 100%					84,57
CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Ano (b)	% (c) = (b/a)x100	
16 - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% DE 3)¹		2.586.250,00	3.347.456,75	129,43	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		
			No Ano (e)	% (f) = (e/d)x100	
17 - EDUCAÇÃO INFANTIL		17.000,00	17.000,00	100,00	
17.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		0,00	0,00	0,00	
17.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		17.000,00	17.000,00	100,00	
18 - ENSINO FUNDAMENTAL		4.381.998,00	5.487.518,00	125,22	
18.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		3.274.998,00	4.098.053,00	125,13	
18.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		1.107.000,00	1.389.465,00	125,51	
19 - ENSINO MÉDIO		0,00	0,00	0,00	
20 - ENSINO SUPERIOR		0,00	0,00	0,00	
21 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR		0,00	0,00	0,00	
22 - OUTRAS		0,00	0,00	0,00	
23 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (17+18+19+20+21+22)		4.398.998,00	5.504.518,00	125,13	
DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
24 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (11)					1.820.849,00
25 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					158.732,00
26 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO²					0,00
27 - DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO ACRÉSCIMO E DA COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR					0,00
28 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM A DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (37g)					0,00
29 - RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (41)					0,00
30 - TOTAL DAS DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (24+25+26+27+28+29)					1.979.581,00
31 - MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO³ [(17+18) - (30) / (3)] X 100%					26,33
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		
			No Ano (e)	% (f) = (e/d)x100	
32 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		92.184,00	92.184,00	100,00	
33 - RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00	
34 - OUTROS RECURSOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO		836.713,00	735.489,00	87,90	
35 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE (32+33+34)		928.897,00	827.673,00	89,10	
36 - TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (23+35)		5.327.895,00	6.332.191,00	118,84	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE FINANCEIRO					

08/08/13

SIOPE

RESTOS A PAGAR INCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2007 (G)
37 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB		VALOR
38 - SALDO FINANCEIRO DO FUNDEF EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		47.395,00
39 - (+) INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE		4.118.732,00
40 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		4.164.021,00
41 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE		0,00
42 - (=) SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ATUAL		2.106,00

NOTAS:

¹ Caput do artigo 212 da CF/1988

² Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

³ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Leio 9.394/96, art. 11, V.

Assumo a responsabilidade pelas informações acima uma vez que a metodologia adotada para apuração dos limites constitucionais está de acordo com a do TCE/TCM.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Versão: 1.6.16

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - Anexo X da Lei de Responsabilidade Fiscal

Ano: 2009
 Período: Anual
 UF: Paraíba
 Município: Monteiro

Tabela 19B - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - MUNICÍPIOS

Monteiro - Paraíba
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
 Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
 Ano: 2009

RREO - ANEXO X (Lei nº 9.394/1996, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1 - RECEITAS DE IMPOSTOS		1.170.000,00		1.328.845,61	113,57
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU		310.000,00		174.002,98	56,12
1.1.1-IPTU		310.000,00		171.835,17	55,43
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU		0,00		0,00	0,00
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU		0,00		0,00	0,00
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU		0,00		2.167,81	0,00
1.1.5-(-)Deduções da Receita do IPTU		(0,00)		(0,00)	0,00
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI		40.000,00		42.796,31	106,99
1.2.1-ITBI		40.000,00		42.796,31	106,99
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI		0,00		0,00	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI		0,00		0,00	0,00
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI		0,00		0,00	0,00
1.2.5-(-)Deduções da Receita do ITBI		(0,00)		(0,00)	0,00
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		470.000,00		669.837,81	142,51
1.3.1-ISS		470.000,00		669.818,56	142,51
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS		0,00		0,00	0,00
1.3.3-Dívida Ativa do ISS		0,00		0,00	0,00
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros					

08/08/13

SIOPE

Encargos da Dívida Ativa do ISS		0,00		19,25	0,00
1.3.5-(-)Deduções da Receita do ISS		(0,00)		(0,00)	0,00
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		350.000,00		442.208,51	126,34
1.4.1-IRRF		350.000,00		442.208,51	126,34
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF		0,00		0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF		0,00		0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF		0,00		0,00	0,00
1.4.5-Deduções da Receita do IRRF		(0,00)		(0,00)	0,00
1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural-ITR(CF, art. 153, §4º. incisoIII)		0,00		0,00	0,00
1.5.1-ITR		0,00		0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR		0,00		0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR		0,00		0,00	0,00
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR		0,00		0,00	0,00
1.5.5-(-)Deduções da Receita do ITR		(0,00)		(0,00)	0,00
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS		12.805.000,00		13.352.732,08	104,27
2.1 - Cota-Parte FPM		11.000.000,00		11.645.456,15	105,86
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b		10.890.000,00		11.529.001,59	105,86
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d		110.000,00		116.454,56	105,86
2.2 - Cota-Parte ICMS		1.600.000,00		1.529.624,95	95,60
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996		7.000,00		4.056,96	57,95
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação		8.000,00		2.403,27	30,04
2.5 - Cota-Parte ITR		10.000,00		9.590,74	95,90
2.6 - Cota-Parte IPVA		180.000,00		161.600,01	89,77
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro		0,00		0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1+2)		13.975.000,00		14.681.577,69	105,05
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		0,00		0,00	0,00
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE		248.000,00		439.736,59	177,31
5.1 - Transferências do Salário-Educação		80.000,00		115.438,20	144,29
5.2 - Outras Transferências do FNDE		168.000,00		324.298,39	193,03
5.3 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE		0,00		0,00	0,00
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		0,00		0,00	0,00
6.1 - Transferências de Convênios		0,00		0,00	0,00
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios		0,00		0,00	0,00
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00		0,00	0,00
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		0,00		247.900,00	0,00
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)		248.000,00		687.636,59	0,00
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB		2.522.000,00		2.568.685,08	101,85

08/08/13

SIOPE

10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(20%de2.1.1)		2.200.000,00		2.227.230,20	101,23
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(20%de2.2)		320.000,00		305.924,76	95,60
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(20%de2.3)		0,00		811,32	0
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(20%de2.4)		0,00		480,65	0,00
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB-(20%de(1.5+2.5))		2.000,00		1.918,15	95,90
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(20%de2.6)		0,00		32.320,00	0,00
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB		4.503.000,00		5.194.763,86	115,36
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB		4.503.000,00		4.774.197,78	106,02
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB		0,00		420.566,08	0,00
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB		0,00		0,00	0,00
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1-10)		1.981.000,00		2.205.512,70	111,33
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)= (e/d)x100
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		3.509.010,33		3.509.010,33	100,00
13.1 - Com Educação Infantil		522.774,66		522.774,66	100,00
13.2 - Com Ensino Fundamental		2.986.235,67		2.986.235,67	100,00
14 - OUTRAS DESPESAS		1.664.910,45		1.664.910,45	100,00
14.1 - Com Educação Infantil		47.941,98		47.941,98	100,00
14.2 - Com Ensino Fundamental		1.616.968,47		1.616.968,47	100,00
15 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)		5.173.920,78		5.173.920,78	100,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					0,00
17 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB(16+17)					0,00
19 - MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ¹ ((13-18)/(11)x100)%					67,55
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2008 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2009 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)= (b/a)x100
22 - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³				3.670.394,42	105,05
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)= (e/d)x100
23 - EDUCAÇÃO INFANTIL		570.716,64		570.716,64	100,00
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		570.716,64		570.716,64	100,00
23.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		0,00		0,00	0,00
24 - ENSINO FUNDAMENTAL		5.850.430,02		5.850.430,02	100,00
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB		4.603.204,14		4.603.204,14	100,00

08/08/13

SIOPE

24.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos		1.247.225,88		1.247.225,88	100,00
25 - ENSINO MÉDIO		0,00		0,00	0,00
26 - ENSINO SUPERIOR		0,00		0,00	0,00
27 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR		0,00		0,00	0,00
28 - OUTRAS		170.774,78		170.774,78	100,00
29 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE(23+24+25+26+27+28)		6.591.921,44		6.591.921,44	100,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.205.512,70
31 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					420.566,08
32 - RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)					0,00
33 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
34 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					0,00
36 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)					0,00
37 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAIS(30+31+32+33+34+35+36)					2.626.078,78
38 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE((23+24)-(37))					3.795.067,88
39 - MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38)/(3)x100)%					25,85
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (f)= (e/d)x100
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		0,00		0,00	0,00
41 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		106.341,71		106.341,71	100,00
42 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CREDITO		0,00		0,00	0,00
43 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		318.635,62		318.635,62	100,00
44 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO(40+41+42+43)		424.977,33		424.977,33	100,00
45 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE(29+44)		7.016.898,77		7.016.898,77	100,00
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2009 (g)	
46 - RESTOS A PAGAR DESPESAS COM MDE			0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS				VALOR	
				FUNDEB (h)	FUNDEF
47 - SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008				0,00	
48 - (+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE				0,00	
49 - (-)PAGAMENTO EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE				0,00	
50 - (+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE				0,00	
51 - (=)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL				0,00	

08/08/13

SIOPE

FONTE:

¹ Limite mínimo anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercícios, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Versão: 1.6.16